



SOCRÉD S.A - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR

Rua dos Mundurucus, Nº 3100, sala 1303, Cremação, Belém- PA, CEP 66.040-033

CNPJ: 09.210.106/0001-94

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2022

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a Socred S.A. - Sociedade de Crédito ao Microempendedor, Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2022.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.

Obs: De acordo com a Resolução 3.198/04, devem ser auditadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempendedor.

Demonstrações divulgadas no site em **29/08/2022** no site <https://www.socredsa.com.br/>

A Diretoria da **SOCRÉD** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

RAIMUNDO
NONATO
NOGUEIRA DA
COSTA:048183692
68

Assinado digitalmente por RAIMUNDO
NONATO NOGUEIRA DA COSTA:04818369268
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL
MULTIPLA G1, OU=24152219000174, OU=
presencial, OU=Certificado PF A3, CN=
RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA DA
COSTA:04818369268
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.08.31 11:02:31-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

Raimundo Nonato Nogueira da Costa
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3



TERMO DECLARATÓRIO

Eu, RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA DA COSTA, brasileiro, divorciado, economista, Portador da célula de identidade RG nº 2.813.744 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob nº 048.183.692-68, residente e domiciliado à Rua Mundurucus, 3333, apto 1402, Cremação, CEP 66040-033, na cidade de Belém – PA assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2022

**RAIMUNDO
NONATO
NOGUEIRA DA
COSTA:0481836
9268**

Assinado digitalmente por RAIMUNDO
NONATO NOGUEIRA DA
COSTA:04818369268
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL
MULTIPLA G1, OU=24152219000174, OU=
presencial, OU=Certificado PF A3, CN=
RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA DA
COSTA:04818369268
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.08.31 11:02:02-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

Raimundo Nonato Nogueira da Costa
Diretor Responsável

R dos Mundurucus nº 3100, sala 1303, Bairro Cremação
Belém, Pará, CEP 66.040-033
Tel: (91) 3242-3361



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A SOCRÉD S.A - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE FINDO EM JUNHO DE 2022 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SOCRÉD S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE, constituída em 10 de outubro de 2007, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.



A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar (nota explicativa nº 5).

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei



10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	2022	2021
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	812	869
Cotas de Fundo de Renda Fixa	863	869

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, pelos seguintes valores: .

OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

	2022			2021		
	Longo			Longo		
	Circulante	Prazo	Total	Circulante	Prazo	Total
Empréstimos	1.166	0	2.215	2.215	0	2.215
Títulos Descontados	1.460	0	1.495	1.495	0	1.495
Capital de Giro	4.065	0	3.241	3.241	0	3.241
	6.691	0	6.691	6.951	0	6.951
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.310	0	1.310	769	0	769
	5.381	0	5.381	6.182	0	6.182



Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de</u> <u>Provisionamento</u>	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	3.958	20	4.684	24
B	1,00%	179	2	343	3
C	3,00%	813	24	415	13
D	10,00%	196	20	410	41
E	30,00%	156	47	395	118
F	50,00%	300	150	159	80
G	70,00%	141	99	179	125
H	100,00%	948	948	366	365
		6.691	1.310	6.951	769

6. IMOBILIZADO DE USO

O ativo permanente da instituição no valor de 110 mil é composto por Móveis e Equipamentos de Uso e com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a. conforme quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imobilizados de Uso	93	110
Móveis e Equipamentos	13	13
Sistemas de Processamento de Dados	163	163
(-) Depreciação	-83	-66



7. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO

O saldo de R\$ 2.661 mil em 30 de junho de 2022 (R\$ 3.209 mil em 31 de dezembro de 2021) representa valores captados no mercado financeiro nacional para fomentar as operações da instituição.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	2022	2021
Outras Obrigações	81	323
Cobrança e arrecadação de tributos	3	4
Fiscais e Previdenciárias	15	266
Provisão para pagamentos a efetuar	63	0
Credores Diversos País	0	53

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social da instituição na data deste demonstrativo é de R\$ 2.000.000,00.

Reserva de Capital

A instituição possui reservas de R\$ 4.717,58 constituída.

Reserva de Lucros

A empresa possui reservas de R\$ 1.877.591,16 constituída.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social. No presente semestre, foi apurado prejuízo fiscal para o imposto de renda e base negativa para a contribuição social conforme demonstrado abaixo:

*Expresso em Reais

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Contas de Resultado Credoras	1.346.189,19	2.726.155,06
Contas de Resultado Devedoras	-1.492.409,03	-2.602.856,05
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	-146.219,84	123.299,01
(+) Adições	821.996,41	954.534,83
(-) Exclusões	-3.617.109,89	0
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	-2.941.333,32	1.077.833,84
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	0	0
Lucro Tributário Real (2021) / Prejuízo Fiscal (2022)	-2.941.333,32	1.077.833,84
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	0	245.458,46
Contribuição Social- 9%	0	97.005,05

11. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;



RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.



12. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 66,91% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de período em R\$ 3.736.088,9.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2022 foi autorizada pelos sócios da SOCRÉD, em 20/08/2022.

14. PANDEMIA

A administração mantém seus esforços para absorver e diminuir o impacto negativo causado pela pandemia mundial COVID-19.



SOCRED S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CNPJ 09.210.106/0001-94

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	2022	2021		NE	2022	2021
CIRCULANTE		6.385	7.333	CIRCULANTE		2.742	3.532
Disponibilidades		187	274	Obrigações por empréstimo	7	2.661	3.209
				Empréstimos no País - Outras Instituições		2661	3209
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	813	869				
Carteira Própria		813	869	Outras obrigações	8	81	323
Operações de crédito	5	5.381	6.182	Cobrança e arrec. de tributos		3	4
Operações de crédito		6.691	6951	Fiscais e previdenciárias		15	266
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		-1.310	-769	Diversas		63	53
Outros créditos		4	8				
Adiantamento Imobilizado Fornecedores		4	3				
Devedores Diversos		0	5	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	3.736	3.911
NÃO CIRCULANTE		93	110	Capital Social		2.000	2.000
Imobilizado	6	93	110	Capital		2000	2000
Outras Imobilizações de Uso		176	176	Reservas de Capital		5	5
(-) Depreciações Acumuladas		-83	-66	Reserva de Lucros		1877	1906
				Lucros/Prejuízos acumulados		-146	0
TOTAL DO ATIVO		6.478	7.443	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		6.478	7.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SOCRED S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CNPJ 09.210.106/0001-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRE	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>1.283</u>	<u>1.000</u>
Operações de crédito	1.244	975
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	39	25
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>-927</u>	<u>-636</u>
Operações de empréstimos e repasses	-105	-159
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-822	-477
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>356</u>	<u>364</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>-502</u>	<u>-360</u>
Receitas de prestação de serviços	63	127
Rendas de tarifas bancárias	0	0
Despesas de pessoal	-243	-115
Outras despesas administrativas	-206	-299
Despesas tributárias	-61	-59
Outras despesas operacionais	-55	-36
Outras Rendas Operacionais	0	22
RESULTADO OPERACIONAL	<u>-146</u>	<u>4</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>0</u>	<u>0</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	<u>-146</u>	<u>4</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>0</u>	<u>-149</u>
Provisão para imposto de renda	0	-106
Provisão para contribuição social	0	-43
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	<u>0</u>	<u>0</u>
Apuração de Resultado	0	0
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>-146</u>	<u>-145</u>
Lucro por ação	(0,0730)	(0,0725)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SOCRED S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil)

DRA	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	-146	-145
Outros Resultados Abrangentes	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	-146	-145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCRED S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CNPJ: 09.210.106/0001-94

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTES DE VALOR PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS	
		LEGAL	ESTATUTÁRIAS				2022	2021
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	2000	1906	5	0	0	0	3911	5822
1 - AJUSTES DE PERÍODOS	0	0	0	0	0	0	0	0
2 - AUMENTO DE CAPITAL	0	0	0	0	0	0	0	0
3 - LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO	0	0	0	0	0	-146	-146	-292
4 - DESTINAÇÕES:								
- RESERVAS LEGAL	0	0	0	0	0	0	0	0
- RESERVAS ESTATUTÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0
- DIVIDENDOS	0	-29	0	0	0	0	-29	-58
5 - REVERSÕES DIVIDENDOS/JCP	0	0	0	0	0	0	0	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	2000	1877	5	0	0	-146	3736	5472
MUTAÇÕES DO PERÍODO	0	-29	0	0	0	-146	-175	-350



SOCRED S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
CNPJ 09.210.106/0001-94
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil)

1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
1.1 Lucro/Prejuízo do período	-146	-145
1.2 Ajustes por Depreciação	17	7
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	541	255
2. Variação de Ativos e Obrigações	78	290
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	56	1.600
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	260	-1.276
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	4	-1
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-252	-33
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	10	0
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	490	407
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	-3
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	-3
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	-577	-429
5.1 Empréstimos País	-548	-429
5.2 Dividendos pagos	-29	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	-87	-25
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	274	387
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	187	362
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		